



## ATA da Reunião Ordinária do Mês de Maio de 2024

1. Dia treze de Maio de 2024 em segunda chamada às 19:30 horas o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA deu início a reunião que foi realizada no PAVILHÃO DE QUÍMICA DA ESALQ, sito à avenida Pádua Dias, nº 11 – Bairro Agronomia, Piracicaba – SP. Fizeram-se presentes e convidados conforme lista de presença anexa. Justificaram ausência os Conselheiros: ANTÔNIO ALVARO BUSO JÚNIOR, LUCIANA ALVES VIEIRA, HOMERO SCARSO, MARIANA CORTIJO COSTA. PARTE I: A ATA ordinária de oito de Abril de 2024 foi aprovada e assinada por todos. PARTE II: EXPEDIENTE: 1) Requisições de informações – Projeto Leucenas, o Presidente Marcos Kamogawa sobre o desassoreamento e remoção da leucenas disse que muitas denúncias chegaram até o COMDEMA, onde foram feitos alguns questionamentos e as respostas vieram com as justificativas, porém o conselheiro Ademir Elias F. Martins achou que as respostas/justificativas feitas pela prefeitura foram vagas. (Respostas anexas). O presidente Marcos disse que a prefeitura não enviou o projeto nem o contrato, salientando ainda que o desassoreamento necessitaria de um estudo ambiental, sendo que o conselheiro Juan Sebastianes disse ainda que o real problema é o assoreamento das cabeceiras dos córregos. O Conselheiro Ely Eser Barreto Cesar destacou muitas “lacunas” não explicadas ou justificadas, sendo que o presidente Marcos destacou que a aprovação do custo financeiro deveria estar atrelado ao estudo ambiental ainda teria que ter passado pelo COMDEMA. A conselheira Sylvana Zein falou que o projeto de retirada das leucenas foi discutido na Câmara de Vereadores. Diante disso o presidente Marcos disse estar preocupado com o desassoreamento do Rio e falou para fazer um encaminhamento para a Câmara, cobrando o estudo técnico/ambiental. A conselheira Maria Helena S. Campos Tavares comentou ser imprescindível um estudo ambiental e que o rio Piracicaba é interestadual, citou também Resolução 54/2007 que diz que o licenciamento acima de 5km a responsabilidade é da Secretaria do Meio Ambiente, Artigo I, inciso 03 e que o DAIA, dentro da CETESB é responsável pelo licenciamento para faixas menores que 5 km.. O conselheiro Eli Eser destacou a ineficiência da prefeitura em levar á sério as alegações e rigor ético e científico de suas respostas e sugere outro questionamento cobrando o Projeto e os estudos de impacto ambiental. Portanto o presidente Marcos e a plenária decidiram pedir mais informações e esclarecimentos sobre o Projeto de desassoreamento e retirada das leucenas. O conselheiro Juan sugeriu entrar em contato com a FINISA para realmente saber sobre a responsabilidade do Projeto. O conselheiro Odair Geraldo P. Moral disse que a justificativa da Prefeitura é



## COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Lei Municipal nº 251, de 12 de abril de 2010

que o projeto foi aprovado na Câmara, porém sem nenhum estudo de impacto ambiental – EIA, RIMAS. A conselheira Merie Evelyn Caperuci perguntou quem seria o órgão fiscalizador desse Projeto? O conselheiro Odair disse que seria a CETESB, então a conselheira Merie Evelyn sugeriu protocolar uma denúncia a CETESB e também ao DAEE. O conselheiro Odair questionou as leis que dependem de outras leis resultando em problemas para cumprir a real necessidade do Projeto. O presidente Marcos decidiu juntamente com a plenária enviar ofícios para o DAEE, CETESB e FINISA para maiores esclarecimentos sobre o projeto, no que a conselheira Sylvana destacou que a aprovação do financiamento está genérico e não se fala sobre o desassoreamento. 2) Retorno sobre as informações do Loteamento TAQUARAL II – o presidente Marcos disse que o SEMAE enviou resposta depois do ofício ter passado por várias secretarias como SEMOZEL, SIMAP e a resposta é que o loteamento e a estação elevatória de esgoto estão funcionando normalmente. A conselheira Sylvana comentou que a fazendinha da UNIME foi vendida (leilão) e quem comprou foi a SOLIDEZ. O COMDEMA deve acompanhar pois provavelmente novos condomínios serão construídos ali. O presidente Marcos deu por encerrado o assunto do TAQUARAL II devido a resposta do SEMAE. 3) Informações sobre o PROJETO DA CPFL: A SIMAP através do secretário Alex Gama Salvaia enviou ofício ao COMDEMA pedindo para encaminhar ao gabinete do Prefeito. O presidente Marcos recebeu o projeto “ARBORIZAÇÃO MAIS SEGURA” e fez a leitura destacando os tópicos importantes. O conselheiro Edson Rocio Marques da Hora falou que o contrato está SUSPENSO – ação do Ministério Público. Segundo ele, a responsabilidade agora é da SIMAP, A CPFL entregou duas mil mudas para o viveiro municipal. O presidente Marcos disse que o contrato foi suspenso pois estavam infringindo as leis ambientais, fazendo cortes irregulares de árvores além do que o laudo para cortes não era feito por engenheiros da prefeitura – SIMAP. O conselheiro Odair destacou os cortes de árvores que nem perto da fiação elétrica estavam. A conselheira Iraci Vitor Honda destacou que a promotora do MP pediu os laudos de todas as árvores. O conselheiro Edson disse que 157 árvores foram laudadas pela SIMAP, as outras 1000 (mil) incluindo as do Bairro Santa Rita não tinham o laudo da SIMAP. O conselheiro Juan destacou que no contrato não se estabeleceu um prazo para a manutenção das mudas. 4) Parecer sobre as falsas seringueiras – presidente Marcos – já encaminhado para a SIMAP. 5) Parecer sobre a Praça José Bonifácio – presidente Marcos – já encaminhado para a SIMAP. PARTE III – ORDEM DO DIA 1) Aplicação de defensivos agrícolas em áreas consideradas urbanas - presidente Marcos recebeu e-mail da BIOAGRI – querendo informações. O conselheiro Juan perguntou se existe alguma legislação específica. o presidente Marcos procurou e nada achou específico para Piracicaba, encontrou algo no



## COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Lei Municipal nº 251, de 12 de abril de 2010

Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Saúde. Tem que ter esses 3 laudos – DECRETO 4074 de Janeiro de 2002. O presidente Marcos disse que como é um questionamento sem embasamento legal, devemos orientar para que procurem os três órgãos para maiores esclarecimentos. A conselheira Maria Helena comentou que existe uma série de legislações e procedimentos para uso, testes e ensaios. O conselheiro Odair destacou o ministro André Valente do meio ambiente em Brasília para dar resposta a essa questão. 2) Indicação de membro para o Conselho Gestor FUMDET – Fundo municipal de desenvolvimento territorial. Segundo o conselheiro Juan, a questão do zoneamento está sendo um grande problema, alterações, mudanças, especulação imobiliária. A conselheira Silene Mariha Cesarin se prontificou a fazer parte como membro do FUMDET. 3) Indicação para o Grupo de Trabalho MATA ATLÂNTICA E CERRADO, o presidente Marcos comentou que a Nancy Thame da SEMA gostaria que fosse alguém com conhecimento técnico na área ambiental. A conselheira Iraci trouxe o questionamento sobre se o conselheiro for candidato a vereador se precisa ser afastado? O presidente Marcos disse que além de se afastar também não poderá participar da indicação. Para o GT Mata Atlântica e Cerrado o Conselheiro Juan se prontificou e o conselheiro Antônio Álvaro Buso Junior, será consultado. Se ele declinar será colocado no grupo novamente para outro interessado. O presidente Marcos fara os encaminhamentos com as indicações. Não havendo mais nada a tratar se encerrou a reunião. A presente ATA foi redigida pela primeira secretária Eveline Blumer e revisada pelo presidente Marcos Kamogawa e que após aprovada será assinada pelos Conselheiros.